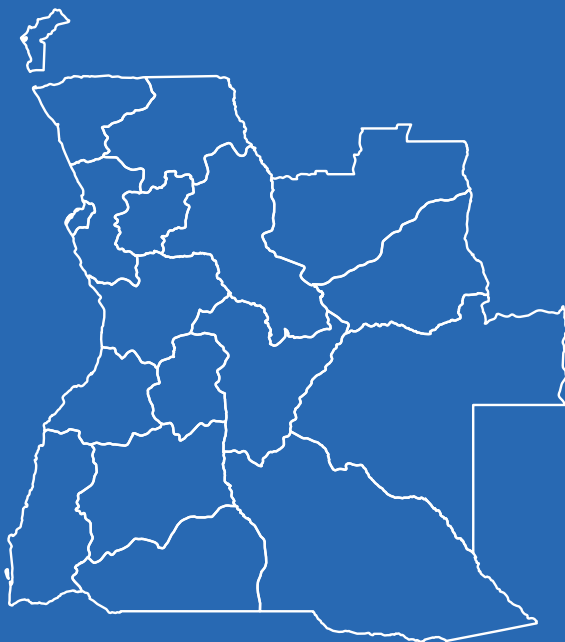


JOSÉ MANZUMBA DA SILVA • NJAL HOSTMAELINGEN

# Implementação Provincial e Local dos Direitos Humanos



Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

ILPI

INTERNATIONAL LAW AND POLICY INSTITUTE

EDIÇÕES SÍLABO



# Implementação Provincial e Local dos Direitos Humanos

JOSÉ MANZUMBA DA SILVA  
NJAL HOSTMAELINGEN

---

2ª Edição

---

Cooperação entre

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS EM ANGOLA – MJDH  
INTERNATIONAL LAW AND POLICY INSTITUTE NA NORUEGA – ILPI



*EDIÇÕES SÍLABO*

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, NOMEADAMENTE FOTOCÓPIA, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Visite a Sílabo na rede  
[www.silabo.pt](http://www.silabo.pt)

Editor: Manuel Robalo

**FICHA TÉCNICA:**

Título: Implementação Provincial e Local dos Direitos Humanos

Autores: José Manzumba da Silva, Njal Hostmaelingen

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Oslo, Abril de 2016.

2ª Edição – Lisboa, Fevereiro de 2017.

Impressão e acabamentos: Cafilesa – Soluções Gráficas. Lda.

Depósito Legal: 421811/17

ISBN: 978-972-618-881-0

*EDIÇÕES SÍLABO, LDA.*

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

Fax: 218166719

e-mail: [silabo@silabo.pt](mailto:silabo@silabo.pt)

[www.silabo.pt](http://www.silabo.pt)

# Índice

Apresentação	9
--------------	---

## Parte I

---

### Aspecto introdutório da cooperação entre Angola e Noruega

Em que se assegura a cooperação	13
Como e quando começou	13
O International Law and Policy Institute	14
Em que áreas assenta a cooperação?	15
Actividades realizadas	15

## Parte II

---

### A implementação dos direitos humanos ao nível local na Noruega

Os direitos humanos na Noruega	23
A Administração Pública	24
Queixas administrativas	25
Sistema de Provedorias	26
Instituição Nacional de Direitos Humanos	27
O sistema de tribunais na Noruega	28
Organizações da sociedade civil	30

Os média	30
Outros mecanismos de implementação	31
Perspectivas a longo prazo	32

### Parte III

---

## Antecedentes e panorama geral dos direitos humanos em Angola e os Comités dos Direitos Humanos

Período de 1975 – 1991	35
Período de 1992 – 2008	36
Comités Provinciais dos Direitos Humanos	37
Gabinete do Ministro Sem Pasta	37
Secretaria de Estado para os Direitos Humanos	38

### Parte IV

---

## A implementação dos direitos humanos ao nível local em Angola – O papel e o mandato das direcções, Delegações e Comités Provinciais dos Direitos Humanos em Angola

A descentralização administrativa em Angola	41
Legislação vigente no âmbito da implementação dos direitos humanos ao nível local	43
Administração do Estado	43

### Parte V

---

## Legislação Angolana aplicável

Constituição da República de Angola	53
Lei n.º 17/10: Da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado	161

Decreto Presidencial nº 121/13: Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	211
Decreto Executivo nº 135/14: Regulamento Interno para as Delegações Provinciais do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	247
Decreto Executivo nº 137/14: Regulamento Interno dos Comitês dos Direitos Humanos	263
Bibliografia	273





# Apresentação

Os direitos humanos são inerentes a cada indivíduo e são universais, interdependentes, inalienáveis e indivisíveis. São os direitos e liberdades fundamentais que as pessoas mantêm em relação às autoridades públicas. Esses direitos fundamentais e liberdades estão consagrados nos acordos celebrados entre os Estados. Os sistemas de protecção dos direitos humanos existem quer ao nível internacional, quer ao nível regional. Angola ratificou uma série de tratados internacionais e regionais nos últimos anos.

No contexto angolano, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem um papel fundamental, tendo como missão conduzir, executar e avaliar as políticas de justiça e de promoção e observância dos direitos humanos.

Em parceria com o *International Law and Policy Institute* (Instituto de Direito e Política Internacional – ILPI), um instituto independente a trabalhar em desafios globais diversos, tais como Democracia e Governança, Direito Internacional e Direitos Humanos, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH) tem trabalhado para a formação em Direitos Humanos. O projecto «Formação no Domínio dos Direitos Humanos em Angola», em execução desde 2013, é financiado pela Embaixada Real da Noruega em Luanda, e tem como parceiros implementadores o ILPI e o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

É nesse âmbito que se enquadra a presente publicação – desenvolvida pelo MJDH em parceria com o ILPI – que procura apresentar os actuais mecanismos de implementação local dos direitos humanos em Angola. Nesta segunda edição do compêndio, o texto foi escrito e actualizado por José Manzumba da Silva em parceria

com Njal Hostmaelingen. Paralelamente, Armanda Maria dos S. Cruz e João António Francisco do MJDH, e Ana Luíza Almeida E Silva, Lucília Monteiro e Maren Grytting do ILPI deram apoio técnico. Anja S. Ostgard do ILPI coordenou o trabalho, a edição e a formatação desta publicação. A legislação e os textos legais relevantes foram incorporados neste compêndio para introduzir o enquadramento legal da implementação local dos direitos humanos em Angola.

De maneira sucinta e simplificada, são apresentados os mecanismos legais e institucionais que trabalham na sua implementação, sendo útil não apenas a estudantes e profissionais de Direito, Serviço Social e áreas relacionadas, mas também a cidadãos Angolanos de maneira geral.

*José Manzumba da Silva*

*Njal Hostmaelingen*

# I

## Aspecto introdutório da cooperação entre Angola e Noruega



## Em que se assegura a cooperação

A Secretaria de Estado para os Direitos Humanos, abreviadamente SEDH, como um dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República e Chefe do Poder Executivo, foi criada pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/101.<sup>1</sup> Anteriormente, era um Departamento Ministerial Auxiliar do Presidente da República, que tinha por missão propor a formulação, conduzir, executar e avaliar a política do Estado Angolano relativa à promoção e à protecção dos direitos humanos, nos termos da Constituição, da Lei e das Convenções Internacionais de que Angola seja parte.

## Como e quando começou

A cooperação bilateral entre o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e a Embaixada do Reino da Noruega em Angola, no domínio dos direitos humanos, data de 2011. Essa cooperação é fruto de um protocolo de cooperação assinado com a então Secretaria de Estado para os Direitos Humanos. No mesmo ano, como resultado desta cooperação, uma delegação norueguesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros chefiada por um Secretário de Estado visitou a República de Angola tendo participado da primeira Conferência Nacional de Direitos Humanos realizada pela Secretaria de Estado para os Direitos Humanos.<sup>2</sup>

No ano seguinte e, no quadro do referido protocolo, uma delegação angolana chefiada pela Secretaria de Estado para os Direitos Humanos e integrada pelos seus parceiros estratégicos, nomeadamente representantes de departamentos ministeriais, organizações da sociedade civil (organizações não-governamentais, igrejas, universidades, sindicatos e empregadores) foi convidada a visitar o Reino da Noruega de 6 a 10 de Março de 2012, tendo como resultado dos diversos encontros mantidos com instituições locais, as

---

<sup>1</sup> *Decreto Legislativo Presidencial n.º 01/10, de 5 de Março de 2010* (Cria a Secretaria de Estado para os Direitos Humanos), Artigo 22º (xxx) e Artigo 52º.

<sup>2</sup> *Decreto Presidencial n.º 53/11, de 24 de Março de 2011* (Aprova o Estatuto Orgânico da Secretaria de Estado para os Direitos Humanos).

partes acordado que deveria Angola submeter uma proposta de projecto específico, mais clara e objectiva que seria financiada pela Embaixada e apoiada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em Oslo. Esta proposta de projecto denominada «Formação no Domínio dos Direitos Humanos em Angola» foi submetida para financiamento, discutida e aprovada em 2012.

O projecto e a cooperação visam objectivamente:

- i) formar e capacitar os quadros nacionais sobre diferentes matérias de direitos humanos, quer através de acções formais ou informais. Para prossecução deste desiderato, a Embaixada Norueguesa designou a 15 de Fevereiro de 2013 o *International Law and Policy Institute* (Instituto de Direito e Política Internacional – ILPI), como seu parceiro para conduzir a cooperação técnica e académica do projecto;
- ii) promover a interacção e o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os especialistas de ambos países (Angola e Noruega) no domínio dos direitos humanos, como instrumento de fortalecimento do Estado democrático e de Direito. Ficou aprovado que o projecto seria implementado num período não superior a quatro anos, subdivididos em 2 anos para cada fase, podendo ao final ser renegociado de acordo com os resultados alcançados.

## O International Law and Policy Institute

O ILPI é um instituto norueguês independente que trabalha em direitos humanos através da realização de estudos, projectos e pesquisas voltadas para as questões de direitos humanos, que é integrado por peritos de diversas nacionalidades especializados em diferentes campos dos direitos humanos. Esta instituição norueguesa emergiu como instituição implementadora do projecto «Formação no Domínio dos Direitos Humanos» fruto de um concurso público realizado na Noruega para a selecção da entidade que trabalharia com a então Secretaria de Estado para os Direitos Humanos (actualmente Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos) na implementação da cooperação.

## Em que áreas assenta a cooperação?

A cooperação privilegia principalmente, e de forma gradual, a formação de formadores em direitos humanos; a formação ao nível de pós-graduação (mestrado) em direitos humanos; e, como é óbvio, a realização de outras actividades não menos importantes, tais como a realização de palestras, seminários e *workshops* em direitos humanos. Tais actividades estabelecem-se como forma de interacção e expansão da abordagem dos direitos humanos em todo o território nacional através dos quadros formados, particularmente dos Comités Provinciais dos Direitos Humanos.

Face ao desafio presente e aproveitando-se da boa e excelente cooperação existente entre o MJDH, a Embaixada da Noruega e o ILPI, e com vista a aproximação das acções aos Comités Provinciais dos Direitos Humanos, o Gabinete de Estudos e Análise do MJDH tem primado em convidar os seus parceiros de implementação para constatarem in loco como é que são realizadas as actividades, para que possam partilhar as suas experiências de trabalho, para a melhoria da qualidade de prestação de serviços ao nível local (provincial e regional).

## Actividades realizadas

À luz da cooperação, as partes têm realizado diversas actividades, designadamente:

1. Em 2013, o ILPI em parceria com o Gabinete de Estudos e Análise dos Direitos Humanos do MJDH coordenou e facilitou o suporte técnico para a realização do 1.º *Oslo Diploma Course* (ODC) decorrido em Oslo, capital da Noruega. O curso beneficiou 11 técnicos de diferentes departamentos ministeriais, nomeadamente o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (O4), o Ministério da Família e Promoção da Mulher (O1), o Ministério do Ensino Superior (O1), a Provedoria da Justiça (O1) e instituições da sociedade civil, tais como a Ordem dos Advogados de Angola (OAA) (O1), a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) (O1), o Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos (CCDH) (O1) e o Mosaiko –

Instituto para a Cidadania (O1), que durante 3 semanas melhoraram os seus conhecimentos sobre Direito Internacional dos Direitos Humanos. Uma formação avançada e de alto nível que foi realizada em cooperação com a *Bjorknes University College* de Oslo, instituição parceira do ILPI;

2. Em 28 de Fevereiro de 2014, o Gabinete de Estudos e Análise dos Direitos Humanos (GEADH) e a Direcção Nacional dos Direitos Humanos, em parceria com o ILPI, realizou em Luanda o Seminário Internacional sobre o processo de Revisão Periódica Universal (RPU) com o objectivo de capacitar os técnicos da Comissão Intersectorial de Elaboração de Relatórios Nacionais de Direitos Humanos (CIERNHD) e preparar as condições técnicas para a defesa da RPU de Angola, ocorrida entre Outubro e Novembro do ano transacto;
3. Em adição, foi ministrado o segundo ODC que decorreu de 26 de Agosto a 14 de Setembro de 2014, e, desta feita, 13 técnicos de vários departamentos ministeriais e de organizações da sociedade civil, nomeadamente do Ministério da Educação, do Instituto Nacional da Criança (INAC) (O1), do Ministério das Relações Exteriores (O1), do Ministério do Ensino Superior (O1), do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (O4), da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) (O1), do Mosaiko – Instituto para a Cidadania (O1), da Provedoria da Justiça e do Sindicato dos Jornalistas (SJA) (O1) aumentaram e melhoraram o grau de compreensão sobre os diversos instrumentos jurídicos internacionais e regionais de direitos humanos, na cidade de Oslo, Noruega;
4. Igualmente, em 2014, o Gabinete de Estudos e Análise dos Direitos Humanos, a Embaixada do Reino da Noruega em Angola e o ILPI realizaram uma palestra sobre os direitos humanos no ensino dos diplomatas, no Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), que serviu para partilhar com o ISRI a experiência norueguesa. Cerca de 150 elementos participaram, nomeadamente docentes, funcionários do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), diplomatas e discentes;



5. Por outro lado, em Junho de 2014, o ILPI visitou, a convite de uma outra organização norueguesa, *Norwegian Church Aid* (Ajuda da Igreja Norueguesa), a cidade de Benguela, tendo prestado uma visita de cortesia à Delegação Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos, para conhecer o trabalho realizado por este órgão do MJDH na província;
6. Acto contínuo, o ILPI ainda realizou um curso sobre jornalismo, liberdade de expressão, difamação, ética e mecanismos de responsabilidade e auto-regulação dos média, em Novembro de 2014, na cidade de Oslo. Tal formação foi direccionada aos departamentos ministeriais ligados à comunicação social, a técnicos das empresas e agências informativas e da sociedade civil angolana que trabalham em matéria de comunicação, tendo nestes participado 6 quadros nacionais entusiasticamente da formação;
7. Em 2015, o ILPI teve a ocasião de visitar duas províncias, nomeadamente Malanje e o Kwanza Sul. O ILPI presenciou os actos de relançamento dos respectivos Comités dos Direitos Humanos que foram traduzidos nos actos de tomada de posse presididos pelos Vice-Governadores para as áreas políticas e sociais;
8. Mais um grupo de 12 quadros nacionais participaram no terceiro *Oslo Diploma Course* (ODC) em 2015, sendo 7 delegados provinciais do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, 2 funcionários do órgão central do MJDH e 3 representantes da sociedade civil, dos quais Plataforma Mulher em Acção (PMA) (01), Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) (01) e Sindicato dos Jornalistas (SJA) (01). O curso teve a duração de 21 dias, começado aos 31 de Agosto e terminado em 16 de Setembro;
9. Ainda em 2015 foi realizado o segundo curso de jornalismo decorrendo de 23 a 27 de Novembro. Nele participaram 6 quadros nacionais angolanos, os quais representando os diversos órgãos da comunicação social;
10. No período entre 29 de Agosto e 15 de Setembro de 2016, foi realizado o quarto *Oslo Diploma Course* (ODC) na Noruega.

A delegação incluiu representantes do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos central e provincial (07), do Ministério da Saúde (01), da Procuradoria-Geral da República (01), da Associação Construindo Comunidades Huíla – ACC, do *National Counselling Center* (Centro Nacional de Aconselhamento) – NCC (01) e da Ordem dos Advogados de Angola – OAA (01). O programa teve como objectivo, tal como nos anos anteriores de capacitar os participantes e fornecer um programa que mostra os direitos humanos na teoria e na prática;

11. Ora, em Novembro de 2016 realizou-se o terceiro curso de média para uma delegação de profissionais angolanos da área de comunicação social liderada pelo ILPI. O curso ofereceu mais conhecimentos em relação aos direitos humanos, relevantes para o sector de media, nomeadamente sobre a liberdade de expressão, o direito à privacidade, desenvolvimento dos novos media, ética, responsabilidades, deveres e mecanismos de auto-regulação. A delegação foi composta por profissionais de instituições de formação de media angolana, departamentos ministeriais, jornalistas e de sindicatos.

Em suma, deve-se destacar que a presente cooperação tem melhorado dia após dia e com bons resultados para os dois países, fundamentalmente para as suas instituições, pois o nível atingido vai mais na pretensão estratégica de expansão e alargamento do âmbito de acção para além de Luanda (central), mas levando-o para o nível local de modo a responder aos desafios e às necessidades dos Comités Provinciais dos Direitos Humanos. O ILPI tem sido convidado pelo MJDH a participar em workshops nas províncias de Malanje, Kwanza Sul, Bengo e Huíla, e também contribuir em palestras organizadas pelo MJDH, que são actividades que ilustram os benefícios crescentes desta cooperação e o alcance cada vez mais abrangente. De igual modo, é evidente a necessidade do reforço e de capacitação dos quadros da Administração Pública e da sociedade civil que trabalham em matéria dos direitos humanos, particularmente nas suas províncias de residência.

Finalmente, a intervenção ao nível local permitirá a promoção dos direitos humanos através de acções de sensibilização e formação formal e não-formal, quer dos instrumentos internacionais ou regionais de direitos humanos – tratados, protocolos e convenções ratificados por Angola – servindo de meio de divulgação e disseminação dos «Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais» previstos pela Constituição da República de Angola (CRA) e do processo da «Reforma da Justiça e do Direito».

Nesta segunda edição do livro sobre a implementação provincial e local dos direitos humanos, que é desenvolvido pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos em Angola (MJDH) em parceria com o Instituto de Direito e Política Internacional da Noruega (ILPI), apresenta-se uma introdução ao actual enquadramento legal de implementação local dos direitos humanos em Angola. A publicação descreve, de maneira sucinta e simplificada, através da compilação de legislação nacional e de textos legais relevantes, quais os mecanismos legais e institucionais que orientam e desenvolvem a implementação provincial e local dos direitos humanos em Angola.

Os direitos humanos são inerentes a cada indivíduo e são universais, interdependentes, inalienáveis e indivisíveis. Esses direitos fundamentais e liberdades estão consagrados nos acordos celebrados entre os Estados. Os sistemas de protecção dos direitos humanos existem quer ao nível internacional, quer ao nível regional, e guiam a promoção e implementação nacional dos direitos humanos nos países de que formam parte.

A presente publicação enquadra-se no âmbito da cooperação entre o MJDH e o ILPI, cujo objectivo principal é a formação em direitos humanos. O projecto é financiado pela Embaixada Real da Noruega em Luanda.

Os autores são José Manzumba da Silva e Njal Hostmaelingen. José Manzumba da Silva é Director Nacional do Gabinete de Estudos e Análises dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. É docente universitário, o qual também no Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ), diplomado em Relações Internacionais e mestre em Resolução de Conflito pela Universidade de Bradford, Reino Unido. Trabalha em Direitos Humanos desde 1990. Njal Hostmaelingen é Director do Instituto de Direito e Política Internacional (ILPI). É advogado e possui o título de mestre em Direito pela Universidade de Oslo. Trabalha com as questões dos direitos humanos desde 1993.

ISBN 978-972-618-881-0



544

9 789726 188810